

MALDITO CONTÁGIO: UMA TWITETNOGRAFIA DO CONFINAMENTO PROVOCADO PELA COVID-19

por

José Carlos Pinto da Costa¹

Resumo: Neste ensaio, proponho uma reflexão sobre os produtos da pandemia da COVID-19. Apoiando-me em depoimentos e expressões recolhidas durante uma etnografia que desenvolvi no Twitter, arrumei esses produtos em duas categorias: as teorizações sobre o SARS-CoV-2 e a subversão da estrutura.

Recorrendo à teoria da classificação dos eventos, de Leonard Schatzman e Anselm Strauss, e aos conceitos de significant maior e de excesso, de Gilles Deleuze, e de *communitas*, de Victor Turner, identifiquei e articulei elementos construídos por diversos agentes para pensar e agir sobre a pandemia da COVID-19 e para exprimir os modos como o primeiro período de confinamento, decorrido em Portugal entre março e abril de 2020, foi vivido. Experienciando a sobreposição das suas rotinas e das datas especiais pela permanência do evento da pandemia, os participantes exprimiram as suas inquietações e os seus temores e foram sentindo e testemunhando a irreversibilidade da mudança do mundo devido ao contágio.

Palavras-chave: COVID-19; Confinamento; Twitethnografia.

Abstract: In this essay, I propose a reflection on the products of the COVID-19 pandemic. Supported on testimonies and expressions collected during an ethnography that I conducted on Twitter, I arranged these products in two categories: theories about the SARS-CoV-2 and the subversion of the structure. Resorting to Leonard Schatzman and Anselm Strauss's the event classification theory, and Gilles Deleuze's concepts of major signifier and excess, and Victor Turner's *communitas*, I identified and articulated elements constructed by different agents to think and act on the COVID-19 pandemic and to express the ways in which the first period of confinement, which took place in Portugal between March and April 2020, was lived by them. Experiencing the overlapping of their routines and special dates due to the permanence of the pandemic event, participants expressed their concerns and fears and felt and witnessed the irreversibility of the change in the world due to contagion.

Keywords: COVID-19; Lockdown; Twitethnography.

¹ CRIA/FCSH NOVA. Email: josepintodacosta@fsh.unl.pt.

1. INTRODUÇÃO

No dia 13 de janeiro de 2021 foi anunciada a imposição de um novo período de confinamento em Portugal como medida para conter o aumento galopante do número de casos de infeção por COVID-19 que se vinha registando desde a chegada do outono. Tinham passado cerca de dez meses desde o início do primeiro período de confinamento.

No início do segundo período de confinamento, Portugal era o país do mundo com mais novos casos de infeção (1.328,3/milhão de habitantes) e o segundo com mais mortes devidas à COVID-19 (21,7/milhão de habitantes). No dia 25 de janeiro de 2021, a Ministra da Saúde Marta Temido informava em entrevista à RTP que o Governo tinha decidido recorrer à ajuda externa para lidar com o aumento do número de infeções. No dia seguinte, o número de casos de infeção por milhão de habitantes ascendia a 1.218, correspondendo a um total de 653.878 pessoas, mais 10.765 casos em relação ao dia anterior. Neste mesmo dia, o número de óbitos por milhão de habitantes era já o mais elevado do mundo (24,74). No dia 30 do mesmo mês, registavam-se mais 12.435 casos de infeção do que no dia anterior, ascendendo a um total de 711.018, e tinham morrido mais 293 pessoas. Este último registo, que coincide com a data de finalização deste artigo, apresenta os primeiros indícios de inflexão da curva de contágio.

Os números, que mudam com muita rapidez, refletem a aceleração exponencial do contágio, explicada em parte pela maior velocidade de transmissão de duas das variantes mais recentes do vírus: a britânica, que foi detetada em setembro no Reino Unido, e a sul-africana, detetada inicialmente no Botswana, na Gâmbia e na Zâmbia (MAKONI, 2021). Os primeiros casos de infeção pelas novas variantes foram detetados em Portugal entre o final do ano anterior e meados de janeiro deste ano. A maior velocidade de transmissão das novas variantes comparativamente à versão anterior do vírus tem vindo a agravar o impacto do contágio: números elevados de casos de infeção por COVID-19 são atingidos em menos tempo, aumentando a pressão sobre o sistema de saúde e contribuindo para o aumento acelerado do número de óbitos relacionados com a COVID-19.²

² A atenção concedida à emergência de novas variantes é fundamental para se compreender a evolução e o comportamento do vírus e para se preparar medidas políticas, clínicas e preventivas adequadas. Algumas das principais consequências da emergência das novas variantes são a capacidade de o vírus se espalhar mais rapidamente na população, a capacidade de o vírus causar doença severa em maior número de pessoas devido a essa rapidez de propagação, a probabilidade de o vírus poder impedir a sua deteção pelos testes de diagnóstico, a suscetibilidade diminuída para agentes terapêuticos como os anticorpos monoclonais, e a possibilidade de o vírus poder limitar os efeitos da vacina (Centers for Disease Control and Prevention, 2021). A consequência que mais preocupa os cientistas no caso da variante sul-africana é

Nos primeiros dias do segundo período de confinamento observava-se que as pessoas se mantinham mais tempo no exterior de suas casas do que no início do primeiro período, como se, desta vez, resistissem mais à autoridade dos números da COVID-19. Três dias depois do início do confinamento, o Primeiro-Ministro António Costa lamentava que a redução do movimento nas ruas no fim-de-semana de 17 e 18 de janeiro tinha decrescido apenas em 30% comparativamente ao valor de referência, justificando assim a necessidade de se apertar as medidas de controlo da mobilidade.³

Na iminência do primeiro confinamento, as pessoas residentes em Portugal (como em outras partes do mundo) deparavam-se com o desconhecido absoluto; na iminência do segundo, a população já possuía uma ideia bastante clara sobre o que iria experienciar durante esse período. No primeiro confinamento, as pessoas confrontaram-se com um *jamais vu*; no segundo, experimentavam um *déjà vu*.

Se, antes, o medo do desconhecido absoluto servia de estímulo para o auto-controlo, desta vez, o controlo do comportamento era construído em função da imaginação de um cenário que combinava a ideia de que se teria exagerado o problema e que o pior já teria passado com a percepção de que havia mais informação disponível, que, supostamente, permitiria prever com rigor o comportamento do vírus, e, fundamentalmente, com a ideia de que a recente disponibilização da vacina iria resolver o problema do contágio de uma vez por todas. A alimentar esta imaginação, observava-se um certo afrouxamento do controlo público na fase inicial do confinamento, demonstrado pela permanência em atividade de serviços públicos como as lojas do cidadão e as escolas durante a primeira semana e pelo maior alargamento do horário de abertura ao público dos espaços comerciais comparativamente ao primeiro período de confinamento, embora tenha sido decretado um agravamento das penas e das multas por incumprimento das recomendações da Direção-Geral de Saúde.

Em qualquer dos dois cenários, o imperativo da tomada de consciência da situação impôs-se brutalmente e a população foi convocada a envolver-se na luta contra o vírus.

a probabilidade de o vírus iludir o seu reconhecimento por parte dos anticorpos contidos na vacina devido às características específicas das alterações observadas na estrutura da proteína que forma as espículas que servem de “entrada” para os anticorpos (KOZLOV, 2021). Os estudos mais recentes sobre este problema apresentam conclusões contraditórias (XIE *et al.*, 2021; WIBMER *et al.*, 2021).

³ Para o período em apreço, o valor de referência “é o valor da mediana para o dia da semana correspondente do período de 5 semanas entre 3 de janeiro e 6 de fevereiro de 2020.” (<https://www.gstatic.com/covid19/mobility/2021-01-19_PT_Mobility_Report_pt-PT.pdf>).

Na altura em que escrevo estas palavras, ainda não há dados suficientes para analisar as experiências vividas pelas pessoas durante o segundo período de confinamento. Em contrapartida, as dúvidas, as inquietações e as experiências sentidas e vividas pelas pessoas durante o primeiro período de confinamento foram desde logo eleitas como objetos de estudo de primeira importância por parte dos investigadores das ciências sociais, entre os quais os antropólogos. Isto não se deveu apenas ao facto de estarmos envolvidos, eventualmente pela primeira vez, numa situação de crise completamente global e (também devido a isso) inédita. Com efeito, para além do carácter único da propagação global de dinâmicas ferozes produzidas pela contingência das histórias (cf. BUBANDT & TSING, 2018) do vírus SARS-CoV-2 e dos seres humanos, estávamos perante uma situação que punha em xeque os modelos e processos de organização social no seu conjunto e em todo o lado. As instituições mais antigas, como o gregarismo, a família, a religião, as trocas e a reciprocidade, a ajuda e o cuidado, etc., foram ameaçadas e tiveram de ser suspensas ou ajustadas radicalmente. Os comportamentos tornaram-se indefinidos e confusos.

Recorrendo aqui à classificação dos eventos operada por Leonard Schatzman e Anselm Strauss, (SCHATZMAN & STRAUSS, 1973), podemos concordar que o evento de crise (a pandemia) se sobrepôs aos eventos especiais (acontecimentos normalmente cíclicos e ritualizados, como festas, comemorações periódicas, ou encontros anuais) e aos eventos de rotina (o dia-a-dia). Por outras palavras, a expressão da relação simbólica do género *homo* com a sociedade e o cosmos (eventos especiais) e a expressão maior do controlo que o género *homo* possui sobre as contingências (eventos de rotina) foram colocadas entre parêntesis ou aglutinadas pela expressão material do risco inerente à sua existência (eventos de crise). Em si mesma, a mecânica desta subversão não é mais dramática do que a que é produzida quando acontece um qualquer evento de crise que coloque em risco a existência de indivíduos – o que distingue o evento de crise da pandemia da COVID-19 é a sua abrangência geográfica (global), a sua duração cronológica (longa) e o facto de interpelar a espécie humana no seu conjunto.

Daqui decorrem dois aspetos concomitantes que pretendo explorar neste artigo. Em primeiro lugar, o facto de o confinamento poder ser entendido como um segmento da corrente formada pelo alinhamento de fenómenos transformativos característicos de processos culturais com função de realocização dos indivíduos na sociedade e no cosmos, tais como os rituais de passagem (cf. VAN GENNEP, 1960; TURNER, 1969). Com efeito, ocorre uma separação (da vida normal, marcada pela controlabilidade dos eventos do dia-a-dia e pela participação social total do indivíduo), entra-se num período de liminaridade (marcado pela vivência do neófito

em um estado de indiferenciação e de incerteza fora da sociedade) e assiste-se a uma reagregação (do indivíduo no novo normal). E, na passagem entre os planos, os indivíduos são envolvidos em rituais de separação e de reincorporação.

O segundo aspeto consiste na emergência de teorizações potencialmente transitórias que produzem o contexto humano da pandemia e determinam as práticas sociais. No âmbito nacional, este aspeto teve a sua origem oficial quando o contágio foi invocado como contexto justificador da reconfiguração da política sobre a vida, isto é, quando foi decretado o estado de emergência que legitimou o ato de imposição do primeiro período de confinamento. Desde o primeiro confinamento, os comportamentos de rotina e os comportamentos especiais passaram a carregar um excesso teórico incomensurável que veio agarrado ao SARS-CoV-2. Na filosofia de Gilles Deleuze, todos os objetos estão carregados de excesso teórico, ou seja, de uma infinidade de modos intrínsecos, a que Duns Escoto chamou quantidades intensivas (DELEUZE, 1978-1981).⁴ As quantidades intensivas são acrescentadas aos objetos num certo campo semântico com valor performativo, a que Deleuze chama significante maior, o qual tem o poder de desterritorializar os objetos (cf. DELEUZE, 1982), permitindo transportá-los através de diferentes tipos de eventos. O excesso teórico transcende os objetos, transborda-os, humanizando-os e configurando-os num campo de relações de força situado além do seu domínio ou controlo e projetando-se em qualquer direção aparentemente de modo interminável. A geometria da pandemia rearranja constantemente as quantidades intensivas do SARS-CoV-2 numa figura cujas propriedades estão por determinar. Nesta geometria, o significante maior de que fala Deleuze define a qualidade das articulações entre as práticas e os discursos que compõem a linguagem biopolítica construída para gerir os efeitos do SARS-CoV-2, a qual, por sua vez, contribui para constituir aquela figura ao acrescentar novas teorizações. Nesta linguagem, os comportamentos espontâneos, ou *sponte acta*, os quais exprimem impulsos de resistência e de escape à autoridade das estruturas são tendencialmente subjugados

⁴ Duns Escoto ilustrava o conceito de quantidades intensivas recorrendo ao exemplo de um muro branco. Segundo ele, o branco era a qualidade do muro, que, apesar da sua aparente homogeneidade, tem inúmeros (ele fala de infinitos) modos intrínsecos — as intensidades do branco, ou os graus de intensidade da luz (ver DELEUZE, 1978-1981, p. 99). Para a presente discussão, esta imagem pretende ilustrar a ideia de que o SARS-CoV-2, sendo apenas um objeto, possui inúmeros graus de intensidade ou de modos de afetar os indivíduos. E estes inúmeros modos contribuem para exagerar a sua teorização, uma vez que provocam constantemente a emergência de múltiplas interpretações.

pela *agenda* política — agora, mais do que nunca, apoiada na mentalidade científica —, por exigência de uma *non agenda* emergente.⁵

Além de complexificar a geometria da pandemia ao explorar mais possibilidades de identificação de novos modos intrínsecos do objeto SARS-CoV-2, a linguagem biopolítica agiliza o transporte do objeto SARS-CoV-2 através das fronteiras que separam os tipos de eventos. E, daqui, deriva a potencial produção de um conflito novo. No caso concreto da regulação política dos fenómenos associados à pandemia, a exigência maior é a defesa do interesse geral por parte do Estado, isto é, o bem-estar da população, o qual constitui o ideal do utilitarismo. Nesta discursividade, o SARS-CoV-2 aparece como produtor indireto de uma instantaneidade sociopolítica aparentemente oposta ao *zeitgeist* contemporâneo, caracterizado pela propagação dos modos neoliberais de produção da história. Embora pareça que o individualismo do capitalismo neoliberal predominante no nosso tempo tenha aniquilado o ideal utilitarista do interesse geral, ou do bem comum, não deixa de ser simultaneamente significativo e bizarro que um vírus venha desafiar a aparente inexorabilidade do ideal neoliberal e provocar a assunção de uma mentalidade orientada para a gestão dos comuns mais ampla e radical do que a desse mesmo ideal. De facto, uma das manifestações mais visíveis da contingência das histórias do SARS-CoV-2 e dos seres humanos (cf. BUBANDT & TSING, 2018) a nível político é o conflito entre as opções comunalista e individualista.

Este conflito exprime-se no confronto de posições entre aqueles que adotam comportamentos de concordância com a instituição do confinamento e aqueles que discordam dela, respetivamente. Os primeiros atacam diretamente o âmago do capitalismo neoliberal, ou seja, a liberdade individual, razão pela qual muitos falam do fim do capitalismo, provocado inicialmente pela reemergência do autoritarismo no rescaldo da crise do *subprime* de 2008 e agora continuado pelas medidas de contenção da pandemia da COVID-19 (vide, respetivamente, BOFFO *et al.*, 2018; SCHWAB & MALLERET, 2020); os últimos defendem a supremacia da

⁵ Apoiado na doutrina política utilitarista de Jeremy Bentham, Michel Foucault refere que, em qualquer regime político, a arte de governar é instruída por uma *agenda*, a qual “articula uma série de práticas com uma série de discursos através de traços inteligíveis permitindo legislar em termos de verdadeiro ou falso” (FOUCAULT, 2004, p. 20). A *agenda* estipula o regime de verdade da arte de governar e constrange os *sponte acta*, ou atos espontâneos. Entre estas categorias de organização da expressão política, acrescenta-se, em se justificando, o conjunto de políticas que não eram previsíveis antecipadamente e por isso não foram contempladas na *agenda*, mas que respondem a necessidades económicas que requerem regulação — formando-se uma nova categoria de expressão política: a *non agenda*. A partilha dos domínios da realidade social e económica entre as três classes de práticas — *agenda*, *non agenda* e *sponte acta* — varia de acordo com o tempo e com os lugares (FOUCAULT, 2004: 27). Como é bom de ver, as necessidades impostas pela COVID-19 são novas, e por isso inscrevem-se na *non agenda*.

economia e o direito dos indivíduos em serem livres para poderem prosperar. Ao implementar uma agenda apoiada em teorizações científicas sobre a pandemia crivadas pela OMS, o governo sustentou as suas justificações para autoritariamente limitar os atos espontâneos invocando uma verdade instruída pela epistemologia alegadamente irrefutável do cientista, a qual determina o que é verdadeiro e o que é falso no âmbito da contingência das duas histórias referida acima, e que não tem conseguido escapar às forças de privatização envolvidas na produção dos imaginários sociotécnicos (cf. COSTA, 2020).⁶ Instados a aceitar esta racionalidade de exceção, este excesso teórico nas suas ações, os indivíduos foram convocados a envolverem-se estreitamente no drama provocado pelo evento de crise, passando, deste modo, a figurar como agentes ativos no conflito.

Em suma, os comportamentos de crise expõem as zonas de abandono (cf. BIEHL, 2001), as margens do controlo institucional, trazendo à luz as fragilidades das contingências hegemónicas (cf. DAS & POOLE, 2004), as quais, por processos racionais (mais ou menos democráticos) se apresentam como regimes de verdade (cf. FOUCAULT, 2004) culturalmente dominantes (cf. SAHLINS & SERVICE, 1970) tendentes à domesticação do acaso (cf. HACKING, 2010). As formas pelas quais as contingências hegemónicas são perturbadas pelo evento de crise da pandemia da COVID-19 desafiam a interpretação por parte de todos. E, é no plano de tal interpretação que se dramatiza a subversão dos eventos e se joga a racionalidade dos excessos teóricos produzidos à volta do objeto SARS-CoV-2.

Enfim, de repente, um enorme campo se abre (também) à interpretação dos antropólogos. Um campo redondo, diria Claude Lévi-Strauss, tão redondo como o mundo.

Observar como as pessoas se comportam em período de confinamento é praticamente impossível. Confinamento significa que cada indivíduo e cada família estão isolados de outros indivíduos ou famílias. Evidentemente, os antropólogos não estão imunes a esta realidade. As limitações ao trabalho de campo durante o confinamento desafiam a criatividade. Enquanto espaço geográfico, o campo deixou de ter sentido em tempos de confinamento. Muitos nomes foram atribuídos às formas alternativas de *fazer* etnografia e muitas modalidades de inquérito etnográfico foram exploradas apoiando-se na recursividade que as tecnologias de

⁶ O confronto entre posições comunistas e individualistas observa-se igualmente a um outro nível, mais determinante das contingências hegemónicas que marcam o drama da pandemia – o da disponibilização da vacina. Os termos do acordo da aquisição da vacina pela União Europeia à Pfizer demonstram que, apesar de a vacina ser “de importância vital para a população mundial... A Pfizer... não mostrou intenção de renunciar à proteção da patente que lhe concede o direito exclusivo de [a] produzir” (ver <https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/P-9-2020-006357_EN.pdf>).

comunicação e informação permitem realizar (LUPTON, 2020). A etnografia do concreto através dos mundos virtuais tornou-se uma via alternativa que, neste contexto, abracei com muito interesse.

No presente ensaio, reúno um conjunto de depoimentos recolhidos através da rede social Twitter sobre como as pessoas viveram o primeiro período de confinamento. Enquanto membro da rede, convidei os meus contactos a fornecerem informações sobre como viviam o dia-a-dia do confinamento e como lidavam com os problemas que a COVID-19 provocava nas suas vidas. Aos participantes, foi feito um convite através de um *twite* fixado na minha página do Twitter onde estavam apresentados os objetivos do estudo, os cuidados a nível ético e as modalidades de participação. Utilizei duas vias para obter informação. A primeira, aberta, consistia na participação através de depoimentos, desabafos, ou de circulação de informação sobre a pandemia, no *hashtag* #enfrentaroCOVID, que criei para o efeito. A segunda, de acesso restrito, consistia na realização de entrevistas com os elementos que se voluntariassem para o efeito através de mensagem direta. Nesta modalidade, a comunidade aberta do Twitter não tinha acesso à informação recolhida. Reuni mais de oitocentas entradas no *hashtag* e vinte e uma entrevistas, desde o início de abril até meados de maio de 2020. Neste ensaio, apresento apenas os depoimentos colhidos através do *hashtag*. Os materiais são apresentados em duas categorias, cada uma reunindo dados e informações sobre cada um dos dois aspetos enquadrados acima — a excessividade teórica do novo coronavírus e a subversão da estrutura. O interior de cada categoria é preenchido com depoimentos, desabafos e relatos vários sobre o modo como os participantes se sentiram quando foram confrontados com a realidade da pandemia, como viviam o confinamento, como exprimiam a sua subversão, e como sentiam os seus medos e alimentavam as suas esperanças.

2. TEORIZAÇÕES DO NOVO CORONAVÍRUS

L'événement implique quelque chose d'excessif par rapport à son effectuation, quelque chose qui bouleverse les mondes, les individus et les personnes, et les rend à la profondeur du fond qui les travaille et les dissout.
Gilles Deleuze, in *Logique du Sens* (1982, p. 196)

Os coronavírus são uma vasta família de vírus que se divide em quatro géneros: alfa, beta, gama e delta. Os coronavírus detetados em humanos pertencem aos dois primeiros géneros (OMS, 2020). Os coronavírus foram detetados em organismos

humanos nos anos 60 do século XX, e estão relacionados com a ocorrência de infecções respiratórias comuns, como os resfriados e as constipações. A emergência da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), ou pneumonia atípica grave, foi relacionada à presença do coronavírus SARS-CoV em 2002 na China. Na altura, a síndrome propagou-se para diversos países, originando a primeira pandemia do século XXI (OMS, 2003). Uma nova variante do vírus foi encontrada mais tarde no Médio Oriente, o MERS-CoV (Middle East Respiratory Syndrome). Em comum, estes coronavírus têm o facto de saltarem entre espécies, transmitindo-se de animais para humanos.

Em dezembro de 2019, ocorreu um surto em Wuhan, China, de uma nova variante do SARS-CoV, ao qual se chamou inicialmente “novo coronavírus”, e, mais tarde, SARS-CoV-2, que foi definitivamente relacionado à ocorrência da doença COVID-19 (“CO” de corona, “VI” de vírus, “D” de *disease*, ou doença, e “19” para significar “novo coronavírus de 2019”, ou “2019-nCoV”).⁷

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pela ligação do vírus SARS-CoV-2 à enzima ECA-2. A elevada concentração desta enzima nos pulmões e no coração explica por que razão estes órgãos são os mais afetados pelo contágio do vírus e porque este provoca fibrose pulmonar e permeabilidade vascular, resultando na SARS (MOTA, 2020).

Desde a sua deteção, a infeção propagou-se rapidamente, levando a que, em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) tenha anunciado uma emergência internacional de saúde pública. O nível de emergência atingiu a categoria de risco muito elevado de propagação no final de fevereiro, e, em 11 de março de 2020, assumiu o estatuto de pandemia. Em dez semanas, a COVID-19 espalhou-se por 195 países (DHAMA *et al.*, 2020).

Agora com cerca de um ano de “vida”, o SARS-CoV-2 passou de um objeto desconhecido a um dos objetos mais referidos no nosso vocabulário. Uma rápida procura no Google com a entrada, em língua inglesa, “coronavirus SARS-CoV-2”

⁷ As novas designações do vírus e da doença vieram substituir nomeações mais ou menos espontâneas que associavam o vírus à região onde ele foi inicialmente detetado, como “vírus de Wuhan”, ou “vírus chinês”, as quais carregavam um potencial estigmatizador (JIANG, 2020; GORBALENYA, *et al.*, 2020). Para se evitar discriminações eventualmente decorrentes da popularização de designações do mesmo tipo, a OMS tinha já elaborado um guião para utilizar na designação oficial das doenças e dos seus agentes (ver OMS, 2015). A ideia de que os atos de nomeação são estratégias fundamentais de ação e, por isso, são processos importantes de orientação da atividade política e de instrução das práticas sociais foi originalmente salientada por John Austin (1962). Uma vez que possui o potencial de fixação linguística dos fenómenos e a sua verbalização, a nomeação inventa os objetos, constituindo, por isso, a origem dos processos da sua teorização que, por sua vez, determinam a sua interpretação prática.

retorna 2.600.000.000 resultados, e, com a entrada “COVID-19”, 5.680.000.000 resultados.

No combate científico à pandemia, é dirigida uma atenção especial às características estruturais das proteínas constituintes das espículas do vírus, que são as estruturas que ligam este às enzimas ECA-2 (BARANIUK, 2020) e que, no seu conjunto, constituem a coroa (corona) do vírus.

No entrelaçamento da história do vírus e da história dos humanos foram implicados instituições, hábitos e modos e estilos de vida em geral (MUTHUKRISHNA, 2020). O vírus forçou os governos a agir. A sociedade civil foi instada a participar no que poderemos chamar uma ampla política do envolvimento, pautada pela tensão entre o direito à vida e o direito à liberdade (VAMPA, 2020). Teses que defendem que os valores individualistas impedem o combate à pandemia (cf. MORAND & WALTHER, 2018) ganharam impulso (e.g. BAZZI *et al.*, 2021; HUANG *et al.*, 2020; KHAN, 2020). Países espalhados por todo o mundo declararam o estado de emergência, provocando a assunção de um paradoxo particularmente sintomático: por um lado, a emergência de um mundo nunca visto, por outro, a replicação de práticas e representações que tornam as culturas e as sociedades em multiplicativos de uma mesma realidade.

Desde que o estatuto de pandemia foi declarado pela OMS, o mundo sentiu abalarem-se as seguranças. Na sequência, o Presidente da República Portuguesa decretou que havia necessidade de reforçar a cobertura institucional a medidas mais abrangentes [do que as que tinham sido já promulgadas para conter o surto da COVID-19 e que obtinham suporte institucional na declaração do estado de alerta ao abrigo do disposto na Lei de Bases da Proteção Civil], que se revel[asse] necessário adotar para combater [a] calamidade pública, razão pela qual o Presidente da República entende[u] ser indispensável a declaração do estado de emergência.” (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, p. 13-(2)).

No dia seguinte à publicação deste Decreto, começou a fase da imposição das medidas mais autoritárias. A medida com maior e mais imediato impacto nos hábitos e modos humanos de vida foi o “confinamento compulsivo no domicílio”, associado à “interdição das deslocações e da permanência na via pública que não sejam justificadas” (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, p. 13-(3)).

Esta sucinta descrição assinala as referências maiores da teorização inicial sobre a COVID-19, as quais podem ser enumeradas da seguinte maneira: um surto de vírus aconteceu no final de 2019 na China; o vírus, da família *Coronaviridae*, provoca infeções graves sobretudo nos pulmões e no coração com efeitos potencialmente letais; o vírus propagou-se rapidamente pelo mundo; as instituições internacionais declararam a existência de uma pandemia; as autoridades dos vários

países reagiram declarando o estado de emergência; o confinamento compulsivo foi decretado na maior parte dos países; as liberdades individuais foram restringidas pela autoridade do estado de emergência; a atividade económica foi drasticamente reduzida.

As reações à imposição do estado de emergência e ao subsequente confinamento foram muitas e variadas. No seu conjunto, elas demonstram variações na interpretação do objeto SARS-CoV-2 e o seu correlato COVID-19, que ampliaram o seu significado maior (cf. DELEUZE, 1982) e puxaram o vírus para os territórios da vida comum.

Recolhendo as opiniões dos participantes na twitnetnografia, notei que as reações de descontentamento à situação de confinamento começaram a sentir-se ainda não tinha passado uma semana desde a sua instituição. O que mais preocupava pessoas como o Raúl, era o “não ter[em] previsão de voltar à vida normal”, o que “matava de agonia”.⁸ A contagem dos dias era uma constante. Comparavam-se resistências entre moradores de diferentes longitudes: “7 dias? Isso é para meninos, vou no dia 15”, disse o António em tom provocador. Hugo concorda que o confinamento lhe provocava um sentimento de inquietação: “Não diria ansiedade, mas habituei-me a estar com pessoal que me obrigava e eu ‘auto obrigava-me’ a estar fora da minha ‘caixinha’... Ao fim de um tempo, a coisa começa a bater”.

A intolerância às notícias e aos telejornais começava a manifestar-se. “Já tenho dificuldade até em ouvir a expressão ‘o novo coronavírus’. É uma opressão para mim”, desabafava o Tiago. “Eu não ligo a televisão, senão para ver um filme, um documentário, ou ouvir música... Procuo as notícias na net (incluindo no Twitter). Em particular nesta situação, julgo ser uma boa prática de salvaguarda no nosso bem-estar mental”, respondia a Helena. “Sim” — continuava o Tiago — “Passamos o dia em casa ligados à RTP Notícias, é demais. Não foi a brincar que o disse, é porque temos mesmo de passar a ouvir as notícias nos horários principais, e só as iniciais e depois... partir para outra coisa qualquer. Eu costumo também pôr no silêncio e tuito e leio.” “A televisão não é uma companhia para mim... Tenho os meus filhos para conversar... Os meus pais no telefone ou de visita, os meus amigos (agora longe) no WhatsApp, vocês todos no Twitter. Não estou isolada e prescindindo da televisão”, respondia Helena. “Temos que ter alguns dados connosco, Helena. Não nos podemos isolar completamente. Mas não podemos permitir o tsunami que são as notícias ao longo do dia, nos afoguem” — reagiu o Tiago.

⁸ Todos os nomes de pessoas apresentados são fictícios.

Rosa comunga deste sentimento de intolerância às notícias, confessando que “de início tinha sempre a televisão ligada nas notícias. Custava-me a concentrar, a cada ‘última hora’ lá estava eu a aumentar o som. Agora não. Já não aguento. Vejo as notícias no telemóvel de manhã e depois só à noite. Venho — diz ela — espreitar menos vezes o Twitter, fico assoberbada com a TL [timeline]. Comecei a ter dificuldade em dormir.”

Não foi apenas o regime de sono que ficou alterado com a enxurrada de notícias sobre a COVID-19. Tiago refere mesmo que os sonhos são agora diferentes. A este respeito, Vânia acrescenta: “Já nem durante os sonhos fujo a esta realidade. As angústias vão-se amontoando. Ainda assim, há algo maior para ser debelado. Deixemos de olhar para dentro apenas e olhemos para os outros com o respeito e a consideração que merecem. Façamos algo para ajudar. A nós e a todos.”

Alguns hábitos sofreram alterações, como o consumo de álcool, de tabaco, e mesmo de comida, tendo todos aumentado, segundo a generalidade dos informantes. Mas também é certo que aumentou a consciência da necessidade da realização de exercício físico. Porém, os cuidados com o corpo não se limitavam ao cumprimento de programas de treino, ou da realização de sessões de ioga, em que alguns participantes tinham presença assídua. Neste âmbito, surgiram alguns passatempos para manter a atenção sobre o corpo. A “prova dos jeans”, para ver se as calças de antes do confinamento ainda servem, ou o passatempo do vestido, em que as participantes vestiam um vestido e se arranjavam como se fossem sair, serviram simultaneamente de métodos de autovigilância sobre os próprios comportamentos e de meios para o sancionamento ou a aprovação pública dos *outfits* e dos comportamentos de controlo e de evitamento do desleixo. Nesta área, o grande problema era o tratamento do cabelo. Com os cabeleireiros fechados, as mulheres queixavam-se de não poderem retocar a pintura nas raízes e de não poderem cortar o cabelo. O Twitter aparecia como plataforma de crítica, tanto aos comportamentos como às condições que potencialmente os motivavam.

De acordo com a Maria, “o confinamento em apartamentos pode levar a um aumento de conflitos. Porque és obrigada a conviver sem um espaço para ti. Estarem juntos não significa partilha.” A saturação de estar acompanhados num espaço muitas das vezes exíguo e o excesso de recurso à comunicação com o exterior através dos meios de comunicação e das redes sociais mostrava-se como uma realidade assustadora e que poderia resvalar em problemas no controlo psicológico das situações, de acordo com esta informante. Posições radicais emergiam de vez em quando. Sónia, por exemplo dizia que “não há cura... Ninguém pretende ser invadido. Ninguém.” O melhor a fazer, diz o Rui, é “não pensar”. Dirigindo-se ao Francisco, que vive num T0, acrescenta: “Estás com a tua miúda. Usufrui do

tempo, afasta a mente do assunto. Lê, vê cenas parvas, filmes de rir. Relativiza, brinca. Não contes o tempo. Não te vejas como um ‘leão na gaiola’. E pega naquela ideia maluca na gaveta e põe em prática”.

Os participantes reconheciam que a convivência no mesmo espaço por períodos prolongados e de potencial inatividade provocava problemas na estrutura das relações, mas, como eles testemunharam, o mesmo pode acontecer devido à separação forçada. As famílias alargadas passaram a não poder visitar-se e reunir-se. Um dos momentos mais altos desta rutura causada pela COVID-19 foi a Páscoa. Tanto durante a semana santa como no domingo de Páscoa, os familiares deixaram de se reunir e de fazerem planos para almoçarem ou jantarem todos juntos. Este constituiu um exemplo claro de como o evento de crise se sobrepôs a um evento especial, como se sobrepunha igualmente aos eventos de rotina. O colapso do tempo tornou-se especialmente grave com a supressão dos rituais do compasso pascal e do beijo da cruz. O cumprimento dos rituais em alguns lares de idosos e na rua tornou-se perigoso e criminoso, tendo motivado inúmeras reações.

A perda de noção do tempo é, aliás, um dos sinais mais amplamente referidos no Twitter, tanto nos círculos sob observação como em outros. A cada passo, surgiam cartoons ou dizeres sobre a dificuldade na perceção da mudança dos dias e mesmo das horas. Desta vez, a mudança da hora para o regime de verão, no dia 29 de março, foi anunciada pela Associação de Voluntários Digitais em Situações de Emergência (VOST Portugal) com humor: “Não se esqueçam: Vai mudar a hora. Sabemos que estão todos em casa, que os relógios dos smartphones, micro-ondas, frigoríficos, e outros eletrodomésticos mudam automaticamente, mas deixamos o aviso. O relógio do vosso carro vai finalmente ficar certo, após estes meses todos”.

Em contraponto, percebi que nem toda a gente se mostra descontente com o confinamento. A Cármen, por exemplo, informa que não “[vai] estranhar a solidão”, porque sempre “viv[eu] assim (+ ou -)”, e que “gost[a] de estar só. Está “confinada voluntariamente desde quase sempre.” Ela vive sozinha, com a sua cadela, porque tem esse “feitoio, gosto, seja lá o que for; esquiva!” e por, “em 2018”, ter sentido “imensas perdas diferentes entre si”. Com isso, “retra[iu-se] muito mais; ir à rua deixou de ter sentido”, por isso, “neste momento, não [sentia] diferenças na [sua] vida”. Vive num apartamento pequeno, e sente-se protegida e preparada para o confinamento. Tem “1/2 dúzia de enlatados (inclui fruta); três frascos de álcool, ao pé de [si], na casa de banho e na cozinha; duas barras de sabão azul e branco; uma embalagem de lixívia; e duas de vinagre de vinho branco”.

A experiência do confinamento perturbou radicalmente as rotinas. Mas, subjacente a esta perturbação emergiam sentimentos e emoções muitas das vezes contraditórios. Observava-se muitas expressões de receio e medo, mas também se

observavam expressões de humor e de esperança. Como um microcosmo das vidas possíveis, a vida em confinamento trouxe para próximo das pessoas um despertar para a tragédia.

A maior parte dos depoimentos dos participantes na twitetnografia aludem direta ou indiretamente ao medo. No total, foram registadas mais de sete dezenas de eventos em que essas alusões apareciam. No início do confinamento, as populações esperavam com ansiedade por recomendações e aconselhamento. Na falta de um vislumbre sobre se, e em que altura, a curva epidemiológica poderia começar a achatar, elegeu-se o princípio da precaução como medida universal para lidar com a pandemia. Foi neste contexto que os governos decretaram o estado de emergência, que trouxe o confinamento. O sentimento geral era o de incerteza, como nos era lembrado todos os dias pelos meios de comunicação social, os quais, como alguns participantes referiram acima, acabavam por funcionar como mecanismos de produção de medo.

O espaço social foi saturado pelo medo, e, este, recorrendo aqui a uma ideia de Brian Massumi (1993), evoluiu de emoção para experiência coletiva. A dimensão da pandemia do medo excedia a dimensão do impacto epidemiológico do SARS-CoV-2. Nestas situações, as pessoas experimentam reações emocionais e comportamentais que podem ser ampliadas em especial porque os efeitos dos mecanismos produtores de medo são vividos e geridos numa situação inédita de confinamento. Os psicólogos informavam que os efeitos poderiam passar do aborrecimento à solidão, à ansiedade, à insónia, ou à raiva, e poderiam evoluir inclusivamente para quadros de paranoia ou até de psicose (ORNELL *et al.*, 2020). O risco era elevado e vários medos emergiram num quadro de incerteza e insegurança.

Partindo das referências feitas pelos participantes da twitetnografia, compreendi que as motivações para o medo relacionado com a saúde oscilam entre as preocupações pela própria saúde e as preocupações pela saúde dos outros.

As preocupações com a própria saúde começam com o surgimento de dúvidas sobre o risco de se ser infetado pelo vírus e sobre o que aconteceria nesta eventualidade. Para o João, por exemplo, é preocupante saber “como será a sensação de quem recebe a notícia de que o teste deu positivo e está infetado com a COVID-19”. Ele pergunta-se: “Será atenuante, psicologicamente, saber que não se está no grupo de risco? A quarentena em casa é vigiada de verdade? Qual a sensação de estar completamente sozinho?”. Estas questões emergiram no âmbito das pesquisas que o João fez na Internet sobre o que é “estar doente com COVID-19”.

O perigo de contaminação pelo vírus é um medo comum a todos os informantes. Ao questionar se será atenuante do medo saber-se fora dos grupos de risco, o João recorda que qualquer pessoa pode ser contaminada, como tinha sido informado pela

OMS e pela Direção-Geral de Saúde, o que o situa no grupo das pessoas em risco de contaminação, razão da sua inquietação. Este aspeto é frisado nas informações fornecidas por estes dois organismos: “o vírus não tem nacionalidade, idade ou género, por isso todos corremos o risco de contrair a COVID-19. Ainda assim, as pessoas que correm maior risco de doença grave por COVID-19 são os idosos e as pessoas com doenças crónicas (ex.: doenças cardíacas e doenças pulmonares)”.⁹

Fazendo parte de um grupo de risco, Helena vive com especial preocupação. Com 38 anos, sofreu um AVC, sem sequelas. Este episódio fez com que ela assumisse a sua “herança genética: pré-cardíaca e hipertensa crónica, medicada para a vida.” A consciência de pertencer a um grupo de risco leva-a a enfrentar “isto com racionalidade, sem alarmismos, embora com um forte sentido de necessidade de proteção e responsabilidade social”, tomando “as devidas precauções que todas as pessoas devem tomar”.

A eventualidade da contaminação apresenta-se como uma perspetiva aterradora. Não apenas a contaminação dos indivíduos, mas também a dos seus entes queridos. Este é o sentimento de Sara. “A minha preocupação” — diz — “não é se eu fico infetada... Aparentemente, tenho tudo para ficar bem. A minha preocupação é com os meus, ou eu infetar alguém essencialmente se estiver naqueles grupos de risco”. Sara ainda não tinha “recuperado totalmente das últimas perdas” que tinha experimentado na família no ano anterior. Recordando essas perdas, confessava que perder alguém querido devido à COVID-19 seria “demasiado mau”.

Teresa também tem preocupações especiais com a saúde dos seus próximos, especialmente do marido. Ela trabalha num local de movimento intenso situado na interface de transações de importações e exportações em que, à data, os diversos funcionários ainda esperavam por instruções de segurança. Entretanto, o constante vaivém dos despachantes das mercadorias, que circulavam entre os vários setores do serviço, aumentava as suas preocupações. O seu marido sofre de doença crónica e estava em casa. Tive a oportunidade de perceber a evolução deste drama durante a realização de uma entrevista que se prolongou por vários dias. Durante a sua participação no hashtag #enfrentaroCOVID, ela desabafou: “carrego [o medo] aos ombros, porque a vida não pode parar, e, nos intervalos, choro. Choro muito sozinha, para não o perturbar mais do que ele está.” E, em reação à minha pergunta sobre se queria falar mais sobre isso, ela acrescentou: “quando me ofereceste ajuda, chorei, porque estava sozinha, mas, foi como se estivesse alguém ao meu lado. Obrigada.” Esta última referência fez-me pensar sobre o estado de vulnerabilidade em que Teresa se encontrava. Sem nos conhecermos, e apenas ‘falando’ pelo Twitter,

⁹ Ver <<https://covid19.min-saude.pt/perguntas-frequentes/>>.

percebi que a proximidade acontece espontaneamente, porque alguém se dispõe a ‘ouvir’. Por várias vezes senti esta humanização das relações virtuais no Twitter. Em muitas situações me diziam que ‘falar’ pelo Twitter era uma prática essencial para se sair dos mundos das preocupações e para atenuar a ansiedade e o stress.

Em alguns casos, as relações entre os cônjuges foram sujeitas a adaptações para se evitar a exposição de um ou de outro dos elementos do casal. Este medo era mais visível em situações em que um deles sofria de alguma condição crónica. Por exemplo, o pai da Rita deixou de dormir com a mãe por causa da COVID-19. A mudança rompeu com as rotinas. Ela informa que a “mãe não está a conseguir lidar. Mais de cinquenta anos juntos... Não se conforma”. O mesmo aconteceu com os pais do Paulo. Um aspeto a salientar aqui é que, por serem motivadas pela preocupação com o estado de vulnerabilidade dos cônjuges, estas ‘separações’ são entendidas como sendo um ato de amor.

À preocupação com a saúde acrescentava-se o medo da morte. O medo da morte devida à COVID-19 generalizou-se. Imagens de enterros em massa e ilustrativas das condições excepcionais em que os funerais aconteciam — como, por exemplo, com os familiares dos defuntos a serem substituídos por agentes anónimos vestidos com fatos de proteção — trazia à memória cenas do rescaldo da explosão do reator nuclear de Chernobil. Nunca a noção de cidadania biológica (cf. PETRYNA, 2002) teve um sentido tão amplo. “Em Bérghamo, os funerais sucedem-se a cada 30 minutos, uma viagem do hospital até ao crematório. Sem a presença dos familiares, que são interditos”, lamentava o Mário. “Custa imaginar esta cena, visualizar isto”, concordava Bruno.

O medo da morte é seguramente tão antigo como a própria vida. Afinal, sobreviver significa evitar a morte. Com a sua capacidade de racionalização e projeção a curto, médio e longo prazo, os humanos têm perfeita noção de que a morte por ‘causas naturais’ acontece apenas quando o tempo máximo de vida se esgotou. Quando a morte acontece antes deste esgotamento, as suas causas são ‘não naturais’. Com a COVID-19, a impressão sentida por cada um do esgotamento não natural da vida tornou-se presente. Numa espécie de cálculo de probabilidades, as pessoas não idosas e que não padecem de doenças crónicas, ou seja, as pessoas que não se incluem nos grupos de risco definidos pela OMS, sentiam que a sua vida não estaria em perigo na eventualidade de contraírem o vírus. Contudo, desde cedo se percebeu que os jovens também poderiam morrer de COVID-19. Neste particular, o caso do Brasil, por exemplo, apresentava-se como especialmente preocupante (GENOT, 2020). Na penúltima semana de maio, 31% das mortes por COVID-19 no país registaram-se em indivíduos com menos de 60 anos de idade. O número de infetados nas classes etárias 20-29 anos e 30-39 era bastante elevado, em contraste

com o que é comum observar nos países europeus. Ademais, sabe-se que a mais recentemente detetada variante britânica tem um espectro de contaminação mais amplo, incluindo crianças (Mahase, 2020; OMS, 2021).

Outro aspeto importante da teorização da COVID-19 relaciona-se com a diferenciação dos seus modos de expressão através das sociedades. A COVID-19 veio tornar (mais) visíveis os desequilíbrios estruturais dentro das sociedades e entre as sociedades. As disparidades observadas na dotação dos serviços com equipamentos para atacar a pandemia, como ventiladores, a sobrecarga dos sistemas de saúde e a falta de práticas de testagem de alcance universal, a diferenciação na administração da vacina, bem como os problemas de falta de informação ou de dificuldade de acesso a vias alternativas para participar em atividades de compensação, como a falta de computadores ou de serviço de Internet sentida por uma parte dos alunos e dos professores durante o confinamento, não são necessariamente fenómenos novos. Não são produtos de um ‘novo normal’. Estes desequilíbrios sempre estiveram presentes, mais discretos nas sociedades mais desenvolvidas e mais visíveis nas menos desenvolvidas. Por força das restrições orçamentais impostas na sequência da crise do *subprime*, de 2008, nomeadamente no setor da saúde, e da deslocalização das empresas para países com mão-de-obra mais barata, ou simplesmente por descara, os desequilíbrios e as desigualdades no acesso aos recursos tonaram-se (mais) persistentes. Fenómenos de exclusão social tornaram-se mais visíveis e problemáticos com a pandemia. É precisamente este aspeto que a Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, frisa, quando afirma que “a COVID-19 expõe o que deveria ter sido óbvio – que o acesso desigual aos cuidados de saúde... e a discriminação generalizada tornam as nossas sociedades menos estáveis, seguras e prósperas” (ONU, 2020).

Na governação dos serviços de saúde portugueses, uma das consequências das restrições orçamentais é o baixo rácio de camas em unidades de cuidados intensivos (UCIs). Esta realidade fazia com que, no início do primeiro período de confinamento, cerca de 15% dos internados com COVID-19 estivessem em enfermaria geral e apenas 5% em UCIs. As UCIs estão especialmente preparadas para tratar os doentes com COVID-19, e possuem valências que a enfermaria geral não possui. Acredita-se que o baixo rácio de camas em UCI (6,4/100 mil habitantes) é um dos fatores que contribui para que a taxa de letalidade da COVID-19 em Portugal, de 2,8%, correspondesse nessa altura ao dobro da taxa estimada global (GONÇALVES, 2020).

Outra consequência do baixo rácio de camas em UCI é o facto de os “pacientes COVID” — mais uma nova designação — internados em enfermaria geral estarem a ocupar camas destinadas a “pacientes não COVID”. A necessidade de gerir o

(des)equilíbrio entre as necessidades dos serviços e as necessidades das populações leva a que os pacientes provenientes dos lares de terceira idade ou de unidades de cuidados continuados integrados (UCCIs) tenham que voltar à proveniência depois de tratados da COVID-19 no hospital (CAMPOS, 2020). Os gestores das UCCIs insurgiam-se contra este retorno, queixando-se que os serviços que geriam não possuíam as valências necessárias para proceder à reintegração dos pacientes no plano de cuidados comum (LUSA, 2020). Este dilema motivou um desabafo a Rita: “pobres dos idosos, vão morrer que nem tordos. Dá arrepios”.

Os idosos são o grupo mais vulnerável. A letalidade do vírus em idades superiores a oitenta anos era na altura cinco vezes superior à letalidade média global (ONU, 2020b). Os participantes da *twitetnografia* questionavam-se sobre as razões deste facto. Jorge vive numa zona residencial onde há “um aglomerado de milhares de pessoas/famílias. Uma zona maioritariamente pobre”. No regresso de uma ida às compras, a sua companheira mostrou-se admirada por ver tantas pessoas no supermercado “para ir buscar, por exemplo, apenas um saco de arroz”. São “o tal grupo de risco, pois vê-se que têm mais de 60 anos”, acrescenta. Jorge nota um aspeto importante: estes hábitos de pequenas compras indicam a sobreposição de duas condições de vulnerabilidade: a idade avançada e a pobreza. “Nem todos podemos ir uma vez por semana às compras e gastar 40 ou 50 euros”, continua. “Infelizmente é a realidade. Em pior, ainda, estas pessoas, certamente reformados com valores baixos de reformas, empatam o dinheiro necessário para o dia a dia. Juro-vos que me apertou o coração. Aqueles que mais deveriam estar protegidos são aqueles a quem o Estado e a sociedade mais obriga a expor-se. Isto já antes existia, mas, a vida que levávamos, nem sempre nos obrigava a ver estas situações”. “Às vezes [os idosos] não têm quem lhe faça as compras. Não puderam armazenar porque têm reformas pequenas”, concorda Andreia.

Em contraponto, Maria retorquia: “eu conheço sobretudo velhotas da minha zona com algum dinheiro, mas muito pouco juízo”. “Não é fácil”, acrescentava a Francisca. Diogo concordava com a Maria. Segundo ele, “a dificuldade em aceitar a mudança e adaptar-se a novas realidades é uma característica do idoso”. Esta viragem no discurso fez surgir uma visão alternativa à do Jorge e da Andreia. Criticava-se os comportamentos dos idosos. Maria dizia que estes têm dificuldade em mudar os comportamentos, agindo da mesma forma que agiam antes da pandemia. Ela refere que os idosos andavam muito na rua e iam às compras como se não houvesse a COVID-19. Concordando, alguns participantes mostravam-se receosos da eventualidade de os idosos “que não se sabiam comportar” poderem fazer aumentar o risco de contágio. “Vi uma imagem, de um grupo nos copos, no Bairro Alto. Era só velhos. As imagens deste fim-de-semana [na marginal da

Póvoa de Varzim e na marginal] de Carcavelos... Era só velhos! Gostava de não ver a minha classe etária ‘posta em causa’ dessa maneira. Declaração de interesse: nasci em 1944”, escrevia o Jacinto.

Entretanto, chegavam notícias de Espanha de idosos infetados a serem recebidos com pedras e explosivos quando eram transferidos de um lar para outro (GOMES, 2020). “Que desumanidade!...”, lamentava Liliana. “Até me arrepiei quando vi isto”, acrescentava Paula. “E é aqui ao lado! Não é no Irão ou na Ucrânia”, constatava Marília. “Porra... Já começou...”, disse o Jaime.

Este “já começou” sugere que o evento ocorrido em Espanha vinha confirmar algo que se esperava que começasse a acontecer em qualquer lado. A cada passo era comum deparar-me com a ideia partilhada por muitas pessoas de que algo de mau estava para acontecer, que estava a ser cozinhado em lume brando, o que me fez lembrar da sociedade de risco, uma sociedade que se ocupa em grande parte em gerir os perigos e os riscos provocados pela modernização na expectativa de se evitar o pior (BECK, 1992). Uma sublevação, ou o estalar de violência descontrolada... Ou um rastilho que acendia e poderia fazer detonar uma bomba... Uma possibilidade não tão improvável como possa parecer à primeira vista.

O isolamento da população idosa é outro exemplo de um problema social persistente que se torna mais visível com a COVID-19 (CARVALHO, 2020). Sara diz que “a solidão dos idosos vai-se manter. Talvez agora até seja aplacada, porque são um grupo de risco e há uma maior atenção com eles, mas, vão continuar sós, mesmos depois de isto passar”. Para Marília, “a COVID-19 isolou ainda mais os idosos”.

O mesmo acontece com a problemática dos sem-abrigo, com a dos prisioneiros, com a das populações em situação de pobreza, com a dos que perderam o emprego (que são usualmente os que tinham salários mais baixos), com a das vítimas de abuso, de maus-tratos e de violência doméstica e com a das pessoas com tendências suicidas. Para atacar o agravamento destes problemas, inúmeras ações de solidariedade emergiram e a Comissão Europeia apoiou um apelo para promover a solidariedade a nível global (European Group on Ethics in Science and New Technologies, 2020).

A gestão do aumento da visibilidade dos problemas do isolamento, da desigualdade e da exclusão social acrescentaram preocupações importantes aos planos de governação da pandemia, os quais se focaram essencialmente na gestão dos efeitos da propagação do vírus (DGS, 2020). O apoio domiciliário em saúde manteve-se atento às necessidades das pessoas idosas que vivem sozinhas. Marinha e Exército envolveram-se na distribuição de refeições aos sem-abrigo. Foi decretada a amnistia a prisioneiros condenados por pequenos crimes. A Associação Portuguesa de

Apoio à Vítima (APAV) desdobrou-se em iniciativas de informação dirigidas aos diferentes públicos-alvo mais diretamente expostos à ampliação dos seus problemas devido à COVID-19.

Os economistas concordam que “tanto a economia como a saúde pública estão de alguma forma fora de controlo num contexto de pandemia” (LIN & MEISSNER, 2020). Todos os participantes na twitetnografia estavam preocupados com o modo como se iria gerir a relação dilemática *health-wealth*. Alguns *cartoons* mostravam a imagem da economia e da saúde, ambas necessitadas de cuidados, mas que apenas era possível assistir a uma delas. Devido à imposição do confinamento na residência, que implicou a paragem de algumas atividades económicas, enquanto se tratava a saúde da população a economia definhava.

Tendo em conta que, num ambiente não controlado, o SARS-CoV-2 possui um potencial de letalidade muito elevado e que a COVID-19 é uma doença potencialmente fatal, o risco de vida é o que mais preocupa os agentes envolvidos na gestão da pandemia. Por esta razão, o número de óbitos foi selecionado desde o início como o principal indicador para avaliar e comparar a eficácia das medidas implementadas para gerir a pandemia. Na Suécia, que optou por não impor o confinamento, a taxa de mortalidade em idosos, por exemplo, situava-se em final de maio de 2020 em 90% dos casos diagnosticados. Numa comparação simples, os números dos principais indicadores usados para a medição da eficácia das medidas mostravam que, com uma população muito semelhante em número em ambos os países, a 30 de maio, a Suécia registava 37.113 casos confirmados, 4.971 casos recuperados e 4.395 óbitos por COVID-19, enquanto Portugal registava 32.202 casos confirmados, 19.186 casos recuperados e 1.396 óbitos. Um dos países mais avançados do mundo e a segunda economia mais forte no que compete à inovação, incluindo a inovação biomédica (DUTTA *et al.*, 2019), a Suécia apresentava mais quase 5.000 pessoas infetadas, menos 14.215 de casos recuperados e mais cerca de 3.000 óbitos comparativamente ao nosso país. Se excluirmos o parâmetro do desenvolvimento tecnológico das respetivas economias da equação — a Suécia, como se disse, é a segunda economia mais inovadora do mundo, enquanto Portugal se situa no 32.º lugar na mesma escala — a explicação da diferença entre os números da COVID-19 registados nos dois países poderá decorrer do facto de os respetivos governos terem optado por diferentes estratégias para governar a pandemia. A favor desta consideração estão dois factos: um é o de que o suposto maior avanço sueco na biomedicina não se reflete em melhores resultados nos itens diretamente ligados aos resultados dos cuidados biomédicos, isto é, na recuperação dos doentes e no salvamento de vidas, do que os que foram obtidos em Portugal; o outro é o de, no país com um território muito mais vasto

(Suécia), o que se reflete numa densidade populacional muito mais baixa (20 hab/Km², contra 115,3 hab/Km² em Portugal), terem sido registados muitos mais casos de pessoas infetadas, sabendo-se que a elevada concentração populacional é um dos fatores do risco do aumento dos casos de contágio. Sabemos que a interpretação dos números não deve ser tão simples (OHLIN, 2020). Porém, independentemente dos argumentos apresentados (PERPER, 2020), os números mostram uma diferença significativa em todos os itens, trazendo incontornavelmente para o centro da questão a diferença das estratégias de governação da crise (WHEELDON, 2020).

A opção pelo confinamento, como no caso português, provoca elevados e até imprevisíveis custos económicos. O desconhecimento das consequências desta opção era o que mais assustava os participantes na twitetnografia. Ao decidir cuidar prioritariamente da saúde, o nosso governo arriscou a economia. Receios da emergência de um cenário apocalíptico foram amiúde declarados. “É o nosso futuro em jogo”, diz Helena, perguntando: “Como vamos viver? Que provações nos esperam?”. “Só penso nos filmes que já vi e que se assemelham tanto ao que estamos a viver... Mas, era tudo ficção... bolas!”, acrescentava a Joana, continuando: “...na realidade, estamos dentro do pior pesadelo. É mais um filme sem realizador conhecido e nós nem nos apercebemos do nosso papel enquanto figurantes”. E “tampouco do guião. Estamos completamente às escuras”, rematou a Helena.

A escuridão temida por Helena ilustra o sentimento de impotência face ao desconhecido. Na opinião da Margarida, “as pessoas sabem que não vai ficar tudo bem... Não vale a pena escrever artigos paternalistas. Não é preciso ler Dante para saber que o abandono da esperança é a última casa antes de entrar no inferno”. A escuridão caiu sobre as pessoas. Para a Sara, o maior medo explica-se pelo facto de a crise do coronavírus ter espoletado “muitos fatores disruptivos ao mesmo tempo para assimilar de uma só vez”. E, acrescenta, o maior problema é “não sabermos quando [esses fatores] terminam e como terminam”. O desconhecido fazia progredir o medo, provocando ansiedade e pânico contido.¹⁰ Este medo, continua Sara, “tem várias dimensões. Desde preocupações com o mercado de trabalho, a condições dos trabalhadores da saúde, a preocupações com os meus. A todos reajo de forma diferente”.

¹⁰ Na União Europeia, o choque da crise do coronavírus na economia foi inicialmente amortecido pela Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus, num pacote financeiro de 37.000 milhões de euros, com vista a libertar liquidez para as PME e para o setor dos cuidados de saúde (COMISSÃO EUROPEIA, 2020a). No dia 27 de maio, a Comissão Europeia propôs a criação de um fundo de recuperação de 750 mil milhões de euros, a acrescentar à medida anterior. Com esta medida, que já foi simbolicamente referida como o Plano Marshall europeu (e, em Portugal, como a “bazuca europeia”), procura-se impulsionar um momento Europeu focado na reparação para a próxima geração (COMISSÃO EUROPEIA, 2020b).

A associação dos fatores disruptivos amplia a percepção do medo e do risco. Sara refere-se a esta ideia quando diz que a mudança radical das rotinas faz emergir “o medo de não saber quando voltar às rotinas anteriores... Se tivesse receio de uma crise económica gigante, mas estivesse a sair de casa e a ir trabalhar normalmente, ou sair para apanhar sol, talvez me distraísse mais. Tinha o mesmo medo, mas de forma menos intensa.”

As preocupações são muitas. Alice desabafa: “não tarda muito a estar psicologicamente esgotada. E, não, não é por estar em isolamento – é precisamente pelo contrário. Demasiadas preocupações todos os dias”, acrescentando um emoji exprimindo tristeza.

Tiago não tem dúvidas: “o coronavírus vai mexer com toda a gente, infetados e não infetados. Todos ficaremos marcados por estes acontecimentos/dias/palavras/etc. Nenhum de nós escapará e será uma marca para toda a vida”. “Vai acontecer uma mudança de paradigma”, acrescenta Maria, continuando, “o que está a acontecer no mundo é uma revolução total que irá desembocar numa sociedade muito diferente. Nada será como dantes”. João espera “sinceramente que o mundo mude para (muito) melhor, com este flagelo e aviso”.

A perspetivação de futuros possíveis é uma das marcas da pandemia. Mas, há muitas mais.

No dia 27 de março, o Papa Francisco aparecia sozinho a abençoar a cidade e o mundo (Bênção *Urbi et Orbi*) na Praça de S. Pedro. As imagens correram mundo, e causaram consternação e temor. O silêncio e o vazio do espaço mostravam o homem na sua incapacidade, exposto. Cristina comentava: “Poderia dizer que tudo isto é castigo de Deus pela nossa imensa soberba. E que então, Ele chegou e pôs-nos em casa de castigo ou a agonizar no hospital. Poderia dizer isto e muito mais, mas poderia estar a dizer uma grande estupidez. Oração pela Humanidade. Mas, qual Humanidade?”.

Como estes comentários mostram, uma das marcas da COVID-19 é a exposição do humano ao próprio humano, através da experiência coletiva do medo, que alimenta a reflexividade tendencialmente universal, cosmopolita. Pináculos da civilização, as cidades foram por algum tempo tomadas pelo não humano, pelo vírus, em primeiro lugar, e por animais de diferentes espécies, que, como entrados numa dimensão paralela, espantavam-se com tanto espaço vertical, exposto e calado, com tanta permissividade. A consciência da permanência de um entrelaçamento alhures rompido pelo zeitgeist da modernidade surgiu. A humanidade confronta-se com os mundos que ela própria criou, e percebe que, na eventualidade de uma replicação da experiência da pandemia da COVID-19 em maior número e com maior diversidade, as suas construções poderão ser rapidamente absorvidas pelo tempo.

Ao longo da exposição dos relatos, torna-se visível que as pessoas viveram o período de confinamento de maneira semelhante, mas que a percepção dos impactos do confinamento nas suas vidas diverge. As opiniões oscilam entre a percepção negativa, sobre o que se perdeu, e a positiva, sobre o que se manteve. A “morte” da vida social é compensada pela vida biológica. Como se de uma ressonância do mundo microscópico se tratasse, a morte de células e de organismos causada pelos vírus promove a evolução e provoca a emergência de uma vida mais complexa, como terá acontecido com o salto eucariótico, que terá acontecido devido à intervenção dos vírus (cf. BELL, 2009). É certo que o SARS-CoV-2 trouxe a morte biológica a muitas pessoas, suspendeu a vida social e tornou a vida humana mais complexa, e também é certo que desvelou, sem margem para dúvidas, o papel da espécie humana na biosfera. O vírus tratou de demonstrar as teses segundo as quais os ecossistemas evoluem nas fronteiras do caos (KAUFFMAN, 1993) e a biologia e a cultura coevoluem (RICHERSON & BOYD, 1999).

Rita resume este sincretismo muito bem, quando diz que “um dos efeitos pesados deste confinamento é acordar todos os dias para um tema só. Tudo deixou de existir e ter relevância. Só resta o vírus a entrar em todo o lado, nos nossos organismos, casas, TVs, computadores, relações, conversas. Não há escapatória.”

Outras marcas sugerem o repensamento de algumas das criações modernas. Uma das produções mais características da modernidade — a sociedade lúdica — sofreu um forte abalo. O turismo de massas viu-se de um momento para o outro absorvido pelo vazio das ruas e dos lugares e monumentos mais visitados. Festas e festivais foram cancelados. Eventos desportivos com forte poder de atração e de excitação foram cancelados ou interrompidos. Outra dessas produções, em grande medida responsável pela aceleração da história, as viagens, foram igualmente canceladas. Comboios ficaram nas estações e aviões ficaram em terra. Aeroportos internacionais de referência central, como o de Orly, em Paris, foram fechados pela primeira vez na sua história. Significativamente dependente das viagens, lugares de exposição, de circulação e de performance de controvérsias científicas, como as conferências e os congressos, foram igualmente cancelados e/ou radicalmente reformatados, etc. Apareceram numerosos sinais do fim do mundo como o conhecemos (LASZCZKOWSKI, 2020).

O vírus convocou a humanidade para a realização de uma reflexão sobre as suas próprias produções.

A pandemia da COVID-19 é um exemplo claro dos perigos da sociedade de risco, de que fala Ulrich Beck. Eventualmente, a pandemia da COVID-19 poderá, de facto, ser um exemplo maior de como um ‘objeto de risco’ pode provocar a emergência de um ‘momento cosmopolita’ (cf. BECK, 2008). Enquanto objeto

de risco, a pandemia da COVID-19 expande-se por todas as dimensões do risco, progredindo desde o estado de alerta, movido pela preocupação e pelo medo pelo desconhecido, passando pelo risco de doença e desenvolvendo-se ao perigo de morte, que atormenta virtualmente todos os indivíduos em todas as condições (cf. FISCHHOFF *et al.*, 1984).

Na obrigatoriedade de se tomar decisões com base em mais ou menos não-conhecimento, “a fronteira entre a racionalidade e a histeria fica embaçada” (BECK, 2008, p. 5). Porém, como lembra este autor, em situações de catástrofe, os custos da omissão de decisões políticas são mais elevados do que os custos da reação exagerada. Um raciocínio deste tipo deve ter estado na base da aprovação pela Assembleia da República da proposta do decreto presidencial para a implementação do estado de emergência em Portugal, por exemplo.

A peculiaridade desta aprovação no contexto da pandemia da COVID-19 é a de que ela apareceu como resposta típica dos governantes de diversos países para gerir o risco. É nestes termos que podemos falar da assunção de um momento cosmopolita provocado pelo SARS-CoV-2.

Enfim, os impactos da COVID-19 na sociedade e nos indivíduos, observada num primeiro momento pela subversão dos eventos, vieram revelar inúmeros contrastes de luz, inúmeras quantidades intensivas do objeto SARS-CoV-2. Às referências maiores da teorização inicial sobre a COVID-19, enumeradas anteriormente, esses impactos vieram mostrar que: o medo do contágio é geral; o medo pela própria saúde e pela saúde dos mais próximos é o maior medo sentido pelas pessoas; o medo da miséria social e económica é enorme; a desigualdade social é ampliada pela pandemia; as sociedades vivem inquietas, sentindo o risco inerente à existência com maior intensidade; a vida normal acabou; o confinamento é o limbo da passagem do velho normal para o novo normal.

3. A SUBVERSÃO DA ESTRUTURA

Transitions from group to group and from one social situation to the next are looked on as implicit in the very fact of existence...

Arnold van Gennep (*in The Rites of Passage*, 1960, p. 3)

A transformação dos comportamentos imposta pelo evento de crise da pandemia da COVID-19 é simultaneamente um sinal da subversão das estruturas pela liminaridade, da assunção de um estado de fronteira típico do ritual de passagem,

durante o qual se recompõe o estatuto dos agentes por via de um processo comportamental incomum (cf. TURNER, 1969), e um sintoma da existência. Como Vítor Turner refere, “o liminar, ou o entre, deve ser entendido como uma presença material ontologicamente prévia às várias diferenciações que ela ajuda a organizar” (TURNER, 1967, p. 96, citado por MCLEAN, 2013, p. 59). Isto significa que, durante o período que decorre entre a separação dos neófitos do mundo normal e a sua reintegração, eles são desclassificados, regressando ao estado em que a sua condição material se sobrepõe à diferenciação social e política e os mistura numa coisa em que tudo é o mesmo, num estado de indiferenciação.

O evento de crise da COVID-19 faz, assim, assomar a a-localidade do entre, em cujas areias movediças é redefinido o que somos e o que não somos no plano alargado da existência (cf. DUERR, 1985) que acabará por definir o modo como co-respondemos (cf. INGOLD, 2016) como humanos e como formas que o cosmos desenhou na sua expressividade imanente. Neste sentido, a transformação dos comportamentos provocada pela pandemia confronta os indivíduos simultaneamente com a sociedade da qual fazem parte e com o cosmos no qual a sua existência se torna possível. Uma realidade incontornável produzida pela emergência da pandemia é que o género homo foi instado a atender à contingência de possuir uma história comum, um percurso físico, muitas das vezes menosprezado pelas abordagens antropológicas centradas na ideia de cultura enquanto aparelhagem representacional.

Não será decerto descabido olhar para o período de confinamento como sendo uma passagem entre a vida normal e a vida pós-normal, ou entre o velho normal e o novo normal. Neste percurso, as fases dos ritos de passagem descritas por Arnold Van Gennep (1960) — separação, liminaridade e reagregação — são facilmente discerníveis. Por exemplo, alguns profissionais das atividades tidas por não fundamentais para debelar a pandemia da COVID-19 ou para manter os serviços essenciais a funcionar foram desinvestidos do seu estatuto de agentes economicamente úteis e impelidos a projetar a sua vida em função das repercussões incertas do *lay off*, tendo, em muitos casos, que recorrer a medidas de apoio e de segurança social. Neste exemplo, o desinvestimento de estatuto *separa* estes profissionais dos profissionais de plena participação (o seu anterior estatuto), colocando-os num plano de *liminaridade* durante o qual são incitados a explorar as possibilidades de readquirirem a participação plena e eventualmente serem *reagregados* (incorporação num novo estatuto).

O processo de *separação* foi sentido por virtualmente toda a gente. Desde a interrupção das relações laborais típicas, visada no exemplo, à interrupção de relações sociais, familiares, amorosas, etc., virtualmente, todas as pessoas experimentaram uma separação das esferas relacionais habituais. Na sequência, em

particular quando a *separação* foi provocada pelo confinamento, a vida das pessoas foi colocada no *limiar* da estrutura comum de funcionamento da sociedade. Entretanto, elas mantinham a esperança de que, no final do período de confinamento, a sua vida fosse plenamente *reagregada* à estrutura, agora dotada de diferentes atributos e concretizada de diferentes modos.

Acrescentando forma ao conteúdo, poderemos entender o período de confinamento como uma fase de liminaridade entre as fases de separação e de reagregação que, no conjunto, envolvem os indivíduos e as instituições num ritual de passagem ou de transformação (Fig. 1). Neste sentido, o período de confinamento corresponde à anti-estrutura.



Fig. 1. Passagem do velho normal para o novo normal (adaptação das caracterizações do processo ritual de Arnold Van Gennep 1960 e de Victor Turner 1969 aos tempos da COVID-19).

Partindo de alguns dos conceitos fundamentais do estudo da antropologia dos ritos de passagem, e sobrevoando os pormenores das três fases do processo que os constituem descritos por Van Gennep, nesta última parte do ensaio, convido o leitor a refletir comigo sobre o significado de um tipo especial de atividades realizadas por algumas pessoas no Twitter. Trata-se de atividades com forte pendor artístico, de expressão espontânea e reflexividade plural, inspiradas por e promotoras daquilo a que Bergson chamou de ‘moralidade aberta’ (BERGSON, citado por TURNER, 1969, p. 111) e cuja performatividade Victor Turner entende ser particularmente significativa durante a fase de liminaridade. Para apoiar a reflexão, aludirei a quatro atividades desse tipo realizadas no Twitter durante o confinamento, focando duas

com maior atenção: uma atividade falhada de redação de uma história sobre a vida durante a COVID-19 e uma atividade bem sucedida de desenho e pintura de um quadro com motivos alusivos à COVID-19. A finalidade não é analisar estes produtos, os quais, por serem espontâneos, plurais e moralmente abertos, não se submetem a qualquer analiticidade, mas sim refletir sobre as suas condições de produção no quadro fornecido por duas das teorias sobre os ritos de passagem que mais aceitação e reconhecimento colhem no seio da comunidade dos antropólogos.

Embora com características ligeiramente diferentes das apresentadas por Arnold van Gennep para descrever o processo dos ritos de passagem, nomeadamente no aspeto de, no período de confinamento, a fase de *liminaridade* não implicar uma suspensão radical da estrutura — as prioridades desta foram apenas reformuladas pelo imperativo da emergência —, podemos concordar que, no período de confinamento, as pessoas agem e vivem no contraponto dos modos como agiam e viviam antes deste período. Com efeito, embora seja exetável que os comportamentos das pessoas em confinamento estejam sujeitos a sanções, isto é, que elas devam seguir as regras que estruturam a estrutura (o que aparentemente situa os comportamentos de confinamento no âmbito da estrutura), também é exetável que, para além do facto de tais regras terem carácter excecional e serem alternativas às regras comuns da estrutura, e, portanto, em certa medida se lhes oponham (pensemos na negação do princípio constitucional da liberdade), as pessoas realizem os seus comportamentos no seu espaço privado de excelência — a sua casa —, vivendo, portanto, no limiar das normas públicas comuns. Tendo sido *separadas* de um ponto fixo prévio na estrutura social ou de determinadas condições culturais, ou de ambas as situações (cf. TURNER, 1969), as vidas confinadas estão assim situadas no exterior da estrutura.

Durante o confinamento, os indivíduos, antes atores estruturados e estruturantes da estrutura, deixam de gozar deste último poder, tornando-se passivos ou meramente estruturados. Pelo menos de forma manifesta, eles foram ‘libertados’ da incumbência de estruturarem a estrutura. Passaram a deter atributos ambíguos: são agora agentes estruturados pela estrutura que não estruturam a estrutura (pelo menos diretamente, já que, embora excluídos da estrutura, contribuem para que esta se reestruture, pelo facto de a sua passividade ser na verdade uma atividade central para se conter o avanço do SARS-CoV-2). A ambiguidade dos seus atributos é refletida numa vida aparentemente anómica, situada fora do direito público, na qual experimentam aquilo a que Giorgio Agamben (1998) chamou de vida nua, um estado de vida que emerge em momentos em que os direitos do cidadão — neste caso, o direito à atividade social e económica — são dissociados dos direitos humanos — neste caso, o direito à liberdade pessoal. Na fase de liminaridade, a

posição dos agentes é gerida na tensão entre estes dois planos do direito, daí que a suspensão dos direitos civis possa ser comparada à nudez, seja esta simbólica, como no caso da vida nua, de Agamben, seja literal, como no caso dos neófitos Ndembu (TURNER, 1969). A ausência de roupagens remete para o estado mais original da vida humana, que é sempre um estado transitório. O feto está no útero totalmente exposto. De acordo com a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, o feto só é objeto de direito a partir das dez semanas de gestação. Até aí, a sua nudez é total, e a sua vida pode ser interrompida por opção da mulher. Em qualquer dos casos, o desprovimento da roupa está associado à liminaridade, à passagem de um estatuto a outro.

Tal como se passa nos ritos de passagem, as pessoas confinadas estão social e economicamente adormecidas — estão no útero (significativamente, para a psicanálise, a casa é identificada com este órgão — ver FREUD, 1962; LACAN, 1988). A localização e a diferenciação sociais são apagadas pela homogeneização da condição partilhada por todos: a de confinados. Desprovidas das suas roupagens, das suas insígnias, as pessoas associam-se agora na partilha da mesma condição e das mesmas atividades — uma condição a que Victor Turner chamou ‘communitas’. ‘Communitas’ é a atividade não estruturada ou estruturada de forma rudimentar, que liga os indivíduos numa comunhão de iguais, a qual é manifestamente expressa por uma “reflexividade plural, [em que] o self se dobra ativamente em direção a si próprio. É reflexividade intersubjetiva, onde cada um é o espelho real de todos” (TURNER, 1969, citado por TURNER, 2012, p. 219). Para Turner, tanto para os indivíduos como para os grupos, “a vida social é um tipo de processo que envolve a experiência sucessiva de alto e baixo, communitas e estrutura, homogeneidade e diferenciação, igualdade e desigualdade.” (1969, p. 97). E é no contexto desta sucessão de atividades e desta alternância de atributos que a ‘communitas’ se apresenta como anti-estrutura — esta é lugar do alto, da ‘communitas’, da homogeneidade e da igualdade, por oposição aos atributos típicos da estrutura.

As atividades da ‘communitas’ são expressivas e potencialmente explícitas, revelando-se como produtos da aniquilação da heterogeneidade imposta pela estrutura. Em contraponto, nas atividades da estrutura, a expressividade é gerida para efeitos de modelação das impressões causadas em terceiros, o que leva a que apenas uma parte do seu sentido seja revelada e o que denota uma função básica de distinção, instruída pela competência para a realização dessa gestão. Na estrutura, joga-se, e, na anti-estrutura, brinca-se (TURNER, 2012).

Na liminaridade do confinamento, as pessoas, despojadas de sinais de distinção, são envolvidas pela ânsia da partilha. O ‘eu’ é substituído pelo ‘Nós’, e as relações acontecem “entre pessoas integrais” (TURNER, 1969, p. 137).

Não é incomum que situações de crise coletiva motivem comportamentos de alegria como resposta ao stress (TURNER, 2012). Nesta vitalidade, os indivíduos dão expressão à sua espiritualidade comum. É neste sentido que a ‘*communitas*’ é essencialmente uma potencialidade para; ela apresenta-se muitas das vezes como modo subjuntivo, dependente (TURNER, 1969). Victor Turner encontra na ‘*communitas*’ o lugar de geração de símbolos e metáforas, um lugar de produção mais de arte e de espiritualidade do que de estruturas legais e políticas (Turner, 1969). Neste lugar de libertação, de criação da moralidade aberta, ensaia-se o impulso vital, evolutivo, que alimenta a expressão de formas culturais que “ainda não foram externalizadas e fixadas em estruturas” (TURNER, 1969, p. 128).

Estas formas culturais podem constituir-se como modelos ou exemplos do modo como os objetos e os temas são reclassificados, nos quais é possível observar como as pessoas que constituem a ‘*communitas*’ experimentam, interpretam e representam as contingências. Para além desta função classificatória, elas também “incitam as pessoas para a ação e para o pensamento [e possuem] um carácter multivocal, tendo vários significados, e podendo levar as pessoas para vários níveis psicobiológicos em simultâneo” (TURNER, 1969, p. 129). É por emergirem na indistinção e por serem multivocais que os produtos da ‘*communitas*’ resistem à análise. De facto, sendo atividade, a ‘*communitas*’ é única, e “não pode ser fixada nem ser expressa numa forma estrutural” (TURNER, 1969, p. 137).

Em situações de impedimento da vida social concreta, como a do confinamento devido à COVID-19, as redes sociais emergem como cenário de expressão da dialética entre a estrutura e a ‘*communitas*’. No mundo virtual, e em particular no contexto da twitnetnografia que realizei sobre como as pessoas viviam o confinamento, a não espontaneidade e o carácter mediado do projeto social e legalmente sancionado cederam frequentemente o seu lugar à espontaneidade e à imediatez da existência, abrindo espaço para a expressividade da ‘*communitas*’. A espontaneidade e a imediatez da existência são características fundamentais da ‘*communitas*’, uma vez que promovem a expressividade da moralidade aberta e a reflexividade plural. Por causa disto, ninguém pode reclamar a posse dos produtos da ‘*communitas*’. Para usar uma distinção cara a Victor Turner, o *dominius* (posse) é anulado pelo *usus* (utilização).

Os mundos virtuais “são lugares de imaginação que envolvem práticas de brincadeira, performance, criatividade e ritual” (BOELLSTORFF *et al.*, 2012, p. 1) potenciadores da generatividade das comunidades que os constituem. Durante a twitnetnografia, pude testemunhar alguns momentos de expressão de reflexividade plural, quase sempre centrados na produção de representações de gostos ou de sentimentos. Grupos de pessoas surgiam de vez em quando a organizar *threads*

sobre álbuns e bandas de música e sobre filmes e séries televisivas, por vezes com elevada participação e acesas trocas de ideias. Cada participante colocava as suas escolhas respondendo a uma convocatória prévia ou inicial e convocava um conjunto de outros participantes — normalmente entre um e quatro — para continuarem a *thread*, e, por vezes, a corrente desenvolvia-se durante dias e difundia-se através de círculos de ‘twiteiros’ bastante distantes do círculo que lhe deu origem. A atividade dos participantes era especialmente dinâmica nas listas sobre música. As listas de filmes foram as segundas mais participadas.

Numa tentativa de organização de uma *thread* centrada na produção de texto, em que propus à *comunidade* que cada participante escrevesse um trecho cujo alinhamento com os demais eu esperava que viesse a resultar numa história conjunta sobre ‘A vida em tempos de COVID’, cedo percebi que este exercício não poderia ter êxito. Dando o mote para a história, situei o protagonista numa Milão deserta. No trecho imediatamente a seguir, o protagonista já estava em Portugal, e, no trecho seguinte, já se preparava para apanhar o avião para o Brasil. Depois disso, o protagonista apareceu em casa, algures em Portugal, e, logo a seguir, mergulhava no mar. A ausência de lógica nesta história — lembremo-nos que as viagens de avião estavam limitadas ao mínimo e a situações especiais e que não se podia sair de casa por mero apetite — reflete na perfeição os modos de produção da ‘*communitas*’.

Sendo espontâneas, as produções traduziam desejos ao invés de verosimilidade; focavam-se em sentimentos, emoções e impulsos; focavam o espírito e não a matéria. Tal como no contexto da estrutura não é exetável que se estabeleça a *separação* sem que essa eventualidade seja enquadrada pela própria estrutura, isto é, sem que ela resulte de um ‘tratamento simbólico’ (cf. SPERBER, 1974) prévio das ideias e das coisas por parte da sociedade, muitas das vezes durante o tempo longo, também não é exetável que, no contexto da anti-estrutura, os atores se mantenham *agregados* ou se *reagrem* à estrutura sem que a comunidade no seu conjunto participe nestas manutenção ou reincorporação. E não há melhor exemplo de estrutura agregadora do que a da linguagem. Como sabemos, o sancionamento prévio das suas regras de utilização e de difusão é uma condição *sine qua non* para que a linguagem possua o poder de fixar a existência em fórmulas com valor ético, as quais podem evoluir para formulações ideológicas e políticas. Ora, a formalidade do uso da linguagem é tão aditiva para o projeto da estrutura como é repulsiva para a expressividade livre da ‘*communitas*’. Quando propus a participação livre dos indivíduos na *thread* sobre a redação d’A vida em tempos de COVID não tive consciência deste facto.

Ao impor uma lógica narrativa, eu estava a transpor o vício da regra da estrutura para a ‘*communitas*’, ferindo o exercício de uma incongruência fatal radicada na sua própria origem. A imposição da moralidade fechada do dever-ser da expressividade fez perigar a espontaneidade e a reflexividade plural, que são os principais frutos da ‘*communitas*’, e fê-lo impedindo que a dobra do self em direção a si próprio pudesse assumir-se como regra de expressividade. Os produtos culturais da ‘*communitas*’ são da ordem do simbólico, do não racional, do espiritual. O pecado original do formalismo imposto pela organização escrita tornou impura a experiência pura, a qual acontece pela confrontação imediata do indivíduo, na globalidade das suas sensações, com a sua existência (cf. JAMES, 1904). Isto significa que a expressividade da experiência pura não pode ser mediada; ela remete para uma estética do aberto, que pressupõe uma articulação do não-conhecimento, uma *agnoia*, em que “a vida permanece serenamente em relação com a sua natureza própria”, nas palavras de Agamben (2004, p. 91) — uma aproximação o mais estreita possível da ontologia da vida, sem cuidados de *episteme*, o que requer a suspensão “da ação da máquina antropológica” (AGAMBEN, 2004, p. 92). Como na arte. Por isso, os exercícios sobre música, filmes e desenho foram bem sucedidos. Para ser verdadeiramente livre, a expressividade das reflexividades plurais tem, por isso, que contornar a linguagem, evitar o meio.

De facto, mais tarde compreendi que a discrepância na conjugação dos diversos trechos era sintoma de uma ambiguidade latente, que eu não consegui gerir: por um lado, cada utilizador focava a sua participação nos seus sentimentos, sobrepondo o ‘eu’ ao ‘Nós’; por outro lado, todos os utilizadores envolvidos aceitaram livremente envolver-se na redação de uma história que exprimisse o ‘Nós’ e não o ‘eu’.

No final, retirei duas conclusões, de naturezas e implicações diferentes. A primeira consiste no entendimento de que, no contexto da ‘*communitas*’, não é a lógica da narração que é importante, mas sim a atividade espontânea e o alegre envolvimento numa brincadeira sobre o carácter necessariamente fragmentado das perceções acerca de uma condição comum – o confinamento. A segunda é bem conhecida dos antropólogos: não existem não-dados. As manifestações humanas possuem sempre sentidos encerrados, e é por isso que me esforço aqui por entender esta aparente confusão que foi a atividade de *não* redação da história sobre ‘A vida em tempos de COVID’.

Talvez o melhor exemplo que eu encontrei de produtos da reflexividade plural sobre o confinamento em tempos de COVID-19 na minha twitetnografia seja representado pelo trabalho conjunto realizado no hashtag #GroupArt, onde foi proposto um exercício de desenho/pintura em que os colaboradores partilhavam a mesma tela e em que cada participante acrescentava um motivo ao quadro geral.

Ao longo do texto, tentei mostrar como diferentes agentes identificaram os modos intrínsecos ou as quantidades intensivas do objeto SARS-CoV-2 e os foram acrescentando numa teoria fluida que rapidamente inundou os comportamentos especiais e de rotina e se propagou para o nível onírico da experiência pura e das suas derivadas reflexividades plurais. Este excesso teórico fez imergir os indivíduos e as instituições num plano de normalização substitutivo da normalidade até então conhecida. O carácter de novidade deste plano de normalização provocou um imenso trabalho de recomposição da experiência, da expressividade e dos imaginários.

Se tivermos que sintetizar este excesso, diremos que um surto de um vírus da família *Coronaviridae* aconteceu no final de 2019 na China, que provoca infeções graves sobretudo nos pulmões e no coração com efeitos potencialmente letais, e que se propagou pelo mundo e obrigou as instituições internacionais e nacionais a reagirem, impondo, entre outras medidas, o confinamento compulsivo das populações e a suspensão de maior parte da atividade económica. As populações reagiram com medo pela saúde e tornaram-se mais alertas e cientes de problemas sociais que têm permanecido invisíveis, mas que a pandemia tornou mais formidáveis, o que aumentou a sua inquietação acerca do futuro e as foi confrontando com a probabilidade de a vida anterior, o velho normal, não voltar.

Assinalando no plano concreto o fim do velho normal e a entrada no novo normal, o confinamento foi vivido como tempo de passagem, num não-lugar, situado fora do mundo, da sociedade. Durante a passagem, os indivíduos foram percebendo na sua rotina a transformação do mundo e exprimiram os seus medos e as suas esperanças, mais aqueles que estas.

Cerca de dez meses depois do início do primeiro período de confinamento, a população portuguesa experimenta novo período de confinamento, e, necessariamente, voltará a viver o que viveram naquela altura. Mantendo-se desconfiados em relação ao que os espera, deverão exclamar em surdina “Maldito contágio!”.

5. REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. (1998), *Homo sacer: Sovereign power and bare life*. Stanford: Stanford University Press.
- AGAMBEN, G. (2004), *The Open: Man and Animal*. Stanford: Stanford University Press.
- AUSTIN, J. (1962), *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- BARANIUK, C. (2020), “Scientists Scan for Weaknesses in the SARS-CoV-2 Spike Protein”. Disponível em <<https://www.the-scientist.com/news-opinion/scientists-scan-for-weaknesses-in-the-sars-cov-2-spike-protein-67404>> [Consultado em 15/05/2020].
- BAZZI, S.; FISZBEIN, M. & GEBRESILASSE, M. (2020), “Rugged individualism and collective (in)action during the COVID-19 pandemic”. *NBER Working Paper*, n.º 27776. Disponível em <https://www.nber.org/system/files/working_papers/w27776/w27776.pdf> [Consultado em 12/01/2021].
- BECK, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: SAGE.
- BECK, U. (2008), “Risk Society’s ‘Cosmopolitan Moment’”. Leitura apresentada na Universidade de Harvard em 12 de novembro de 2008. Disponível em <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n104/en_a09n104.pdf> [Consultado em 23/05/2020].
- BELL, P. (2009), “The Viral Eukaryogenesis Hypothesis: A Key Role for Viruses in the Emergence of Eukaryotes from a Prokaryotic World Environment”. *Natural Genetic Engineering and Natural Genome Editing*, 1178, pp. 91-105.
- BIEHL, J. (2001), “Vita: Life in a zone of social abandonment”. *Social Text*, 68 (19), pp. 131-149.
- BOELLSTORFF, T.; NARDI, B.; PEARCE, C. & TAYLOR, T. (2012), *Ethnography and Virtual Worlds: A Handbook of Method*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- BOFFO, M.; SAAD-FILHO; A. & FINE, B. (2018), “Neoliberal Capitalism: The Authoritarian Turn”. In PANITCH, Leo & ALBO, Grego (eds.), *A World Turned Upside Down?* London: The Merlin Press, pp. 247-270.
- BUBANDT, N. & TSING, A. (2018), “Feral Dynamics of Post-Industrial Ruin: An Introduction”. *Journal of Ethnobiology*, 38 (1), pp. 1-7.
- CAMPOS, A. (2020), “Ministra pede a lares que acolham doentes que não precisam de estar nos hospitais”. Disponível em <<https://www.publico.pt/2020/04/05/sociedade/noticia/ministra-pede-lares-recebam-doentes-ja-alta-hospitais-1911088>> [Consultado em 15/04/2020].
- CARVALHO, P. (2020), “A covid-19 isolou ainda mais os idosos. Apoio domiciliário não para”. Disponível em <<https://www.publico.pt/2020/03/25/sociedade/noticia/covid19-isolou-idosos-apoio-domiciliario-nao-1909390>> [Consultado em 15/04/2020].

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (2021), “Emerging SARS-CoV-2 Variants”. Disponível em <<https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/more/science-and-research/scientific-brief-emerging-variants.html>> [Consultado em 16/01/2021].

COMISSÃO EUROPEIA (2020a), “O emprego e a economia durante a pandemia causada pelo novo coronavírus”. Disponível em <https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/coronavirus-response/jobs-and-economy-during-coronavirus-pandemic_pt> [Consultado em 25/05/2020].

COMISSÃO EUROPEIA (2020b), “Europe’s moment: Repair and prepare for the next generation”. Disponível em <https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_20_940> [Consultado em 30/05/2020].

COSTA, J. (2020), “O que estamos a fazer?": Ensaio sobre a economia política da promessa do novo imaginário biomédico”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 60, pp. 13-57.

DAS, V. & POOLE, D. (eds.) (2004), *Anthropology at the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research.

DELEUZE, G. (1982), *Logique du Sens*. Paris: Les Éditions de Minuit.

DGS (2020), “Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo coronavírus (COVID-19)”. Disponível em <<https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/plano-nacional-de-preparacao-e-resposta-para-a-doenca-por-novo-coronavirus-covid-19-pdf.aspx>>. [Consultado em 25/05/2020].

DHAMA. K.; PATEL, S.; SHARUN, K.; PATHAK, M. *et al.* (2020), “SARS-CoV-2 jumping the species barrier: zoonotic lessons from SARS, MERS and recent advances to combat this pandemic virus”. *Travel Medicine and Infectious Disease*, 37. DOI: 10.1016/j.tmaid.2020.101830.

DUERR, H. P. (1985), *Dreamtime: Concerning the Boundary between Wilderness and Civilization*. Oxford: Basil Blackwell Ltd.

DUTTA, S.; LANVIN, B. & WUNSCH-VINCENT, S. (eds.) (2019), *O Índice Global de Inovação 2019: Criar Vidas Sadias — O Futuro da Inovação Médica*. Ithaca, Fontainebleau e Genebra: Universidade Cornell, INSEAD e Organização Mundial da Propriedade Industrial.

EUROPEAN GROUP ON ETHICS ON SCIENCE AND NEW TECHNOLOGIES (2020), “Statement on European Solidarity and the Protection of Fundamental Rights in the COVID-19 Pandemic”. Disponível em <https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/research_and_innovation/ege/ec_rtd_ege-statement-covid-19.pdf> [Consultado em 25/05/2020].

FISCHHOFF, B.; WATSON, S. & HOPE, C. (1984), “Defining Risk”. *Policy Sciences*, 17, pp. 123-139.

FOUCAULT, M. (2004), *Naissance de la Biopolitique: Cours au Collège de France, 1978-1979*. Paris: Gallimard.

FREUD, S. (1962 [1930]), *Civilization and its discontents*. New York: W. W. Norton & Co.

- GENOT, L. (2020), “In Brazil, COVID-19 hitting young people harder”. Disponível em <<https://www.thejakartapost.com/news/2020/05/22/in-brazil-covid-19-hitting-young-people-harder.html>> [Consultado em 24/05/2020].
- GOMES, H. (2020), “Covid-19. Grupo de idosos infetados recebido com pedras e explosivos em transferência de lar em Espanha”. Disponível em <<https://expresso.pt/coronavirus/2020-03-25-Covid-19.-Grupo-de-idosos-infetados-recebido-com-pedras-e-explosivos-em-transferencia-de-lar-em-Espanha>> [Consultado em 15/04/2020].
- GONÇALVES, A. (2020), “Menos camas, menos investimento, mais idosos. Na saúde, Portugal está mais perto de Itália ou da Alemanha?”. Disponível em <<https://rr.sapo.pt/2020/04/08/pais/menos-camas-menos-investimento-mais-idosos-na-saude-portugal-esta-mais-perto-de-italia-ou-da-alemanha/especial/188414/>> [Consultado em 12/04/2020].
- GORBALENYA, A.; BAKER, S.; BARIC, R.; DE GROOT, R. *et al.* (2020), “Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus: The species and its viruses — a statement of the Coronavirus Study Group”. *bioRxiv* (preprint). Disponível em <<https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.02.07.937862v1>> [Consultado em 30/03/2020].
- GUIMARÃES, M. (2021), “Covid-19: Portugal é o segundo país com mais novos casos de infeção do mundo e o quarto em número de mortes”. *Público*, 17/01/2021. Disponível em <<https://www.publico.pt/2021/01/17/sociedade/noticia/covid19-portugal-segundo-pais-novos-casos-infeccao-mundo-quarto-numero-mortes-1946690>> [Consultado em 17/01/2021].
- HACKING, I. (2010), *The taming of chance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUANG, F.; DING, H.; LIU, Z.; WU, P. & ZHU, T. (2020), “How fear and collectivism influence public’s preventive intention towards COVID-19 infection: a study based on big data from the social media”. *BMC Public Health*, 20 (1707), pp. 1-9.
- INGOLD, T. (2016), “On human correspondence”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 00, pp. 1-19.
- JAMES, W. (1904), “A World of Pure Experience”. *Journal of Philosophy, Psychology, and Scientific Methods*, 1 (20), pp. 533-543.
- JIANG, S.; SHI, Z.; SHU, Y.; SONG, J. *et al.* (2020), “A distinct name is needed for the new coronavirus”. *The Lancet*, 395, p. 949.
- KAHN, S. (2020), “Are individualistic societies worse at responding to pandemics?”. Disponível em <<https://theconversation.com/are-individualistic-societies-worse-at-responding-to-pandemics-147386>>. [Consultado em 21/11/2020].
- KAUFFMAN, S. (1993), *The Origins Of Order: Self-Organization and Selection in Evolution*. Oxford: Oxford University Press.
- KOZLOV, M. (2021), “South African SARS-CoV-2 Variant Alarms Scientists”. Disponível em <<https://www.the-scientist.com/news-opinion/south-african-sars-cov-2-variant-alarms-scientists-68317>> [Consultado em 10/01/2021].

- LACAN, J. (1988), *The Ethics of Psychoanalysis*. New York: W. W. Norton & Co.
- LASZCZKOWSKI, M. (2020), “Brave New Normal World”. Disponível em <<https://allegrolaboratory.net/brave-new-normal-world/>> [Consultado em 25/05/2020].
- LIN, Z. & MEISSNER, C. (2020), “Health vs. Wealth? Public health policies and the economy during COVID-19”. *NBER Working Paper Series*, Working Paper 27099, 2020. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w27099>> [Consultado em 25/05/2020].
- LUPTON, D. (ed.) (2020), “Doing fieldwork in a pandemic (crowd-sourced document)”. Disponível em <<https://nwssdtpacuk.files.wordpress.com/2020/04/doing-fieldwork-in-a-pandemic2-google-docs.pdf>> [Consultado em 26/08/2020].
- LUSA (2020), “Covid-19: Misericórdias pedem a hospitais que deixem de devolver doentes a lares”. Disponível em <<https://www.publico.pt/2020/04/08/sociedade/noticia/covid19-misericordias-pedem-hospitais-deixem-devolver-doentes-lares-1911462>> [Consultado em 15/04/2020].
- MAHASE, E. (2020), “Covid-19: What have we learnt about the new variant in the UK?”. *BMJ*, 371, m4944. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.m4944>.
- MAKONI, M. (2021), “South Africa responds to new SARS-CoV-2 variant”. Disponível em <<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2821%2900144-6>> [Consultado em 23/01/2021].
- MASSUMI, B. (1993), “Preface”, in MASSUMI, Brian (ed.), *The politics of everyday fear* (pp. vii-x). Minneapolis and London: University of Minnesota Press.
- MCLEAN, S. (2013), “All the difference in the world: Liminality, montage, and the reinvention of comparative anthropology”. In WILLERSLEV, Rane & SUHR, Christian (eds.), *Transcultural Montage*. Berghahn Books, pp. 58-75.
- MORAND, S. & WALTHER, B. (2018), “Individualistic values are related to an increase in the outbreaks of infectious diseases and zoonotic diseases”. *Scientific Reports*, 8(3866), pp. 1-9. DOI:10.1038/s41598-018-22014-4.
- MOTA, I. (2020), “COVID-19 & Metabolismo — O papel da enzima de conversão da angiotensina 2”. Disponível em <<https://www.viversaudavel.pt/covid-19-metabolismo-o-papel-da-enzima-de-conversao-da-angiotensina-2/>> [Consultado em 12/07/2020].
- MUTHUKRISHNA, M. (2020), “Long read: Cultural evolution, Covid-19, and preparing for what’s next”. Disponível em <<https://blogs.lse.ac.uk/businessreview/2020/04/22/long-read-cultural-evolution-covid-19-and-preparing-for-whats-next/>> [consultado em 04/05/2020].
- OHLIN, P. (2020), “COVID-19 deaths top 4,000 in under-fire Sweden”. Disponível em <<https://www.thejakartapost.com/news/2020/05/26/covid-19-deaths-top-4000-in-under-fire-sweden.html>> Consultado em 30/05/2020].
- OMS (2003), “Severe acute respiratory syndrome (SARS)”. Disponível em <<https://www.who.int/csr/sars/en/ea56r29.pdf?ua=1>> [Consultado em 20/04/2020].

- OMS (2015), “World Health Organization Best Practices for the Naming of New Human Infectious Diseases”. Disponível em <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/163636/WHO_HSE_FOS_15.1_eng.pdf;jsessionid=1A52572D066F031228EE8713301C028E?sequence=1> [Consultado em 20/04/2020].
- OMS (2020), “Origin of SARS-CoV-2”. Disponível em <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/332197/WHO-2019-nCoV-FAQ-Virus_origin-2020.1-eng.pdf> [Consultado em 20/04/2020].
- OMS (2021), “Episode #22 — Children & COVID-19”. Disponível em <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/media-resources/science-in-5/episode-22---children-covid-19>> [Consultado em 25/01/2021].
- ONU (2020a), “Address ‘appalling impact’ of COVID-19 on minorities, UN rights chief urges”. Disponível em <<https://news.un.org/en/story/2020/06/1065272>> [Consultado em 15/07/2020].
- ONU (2020b), “‘Rights and dignity’ of older people must be respected during COVID-19 and beyond”. Disponível em <<https://news.un.org/en/story/2020/05/1063052>> [Consultado em 10/05/2020].
- ORNELL, F.; SCHUCH, J.; SORDI, A.; HENRIQUE, F. & KESSLER, P. (2020), “‘Pandemic fear’ and COVID-19: mental health burden and strategies”. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 42 (3), pp. 232-235.
- PERPER, R. (2020), “Sweden touts the success of its controversial lockdown-free coronavirus strategy, but the country still has one of the highest mortality rates in the world”. Disponível em <<https://www.businessinsider.com/sweden-praises-coronavirus-strategy-despite-high-death-rate-2020-5>> [Consultado em 30/05/2020].
- PETRYNA, A. (2002), *Life Exposed: Biological Citizens After Chernobyl*. Princeton: Princeton University Press.
- RICHERSON, P. & BOYD, R. (1998), “Complex societies: The evolutionary origins of a crude superorganism”. *Human Nature*, 10, pp. 253-289.
- SAHLINS, M. & SERVICE, E. (eds.) (1970 [1960]), *Evolution and Culture*. New York: The University of Michigan Press.
- SCHATZMAN, L. & STRAUSS, A. (1973), *Field Research: Strategies for a Natural Sociology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- SCHWAB, K. & MALLERET, T. (2020), “Covid-19: The great reset. Geneva: World Economic Forum”.
- SNO, H. (2000), “Déjà vu and Jamais vu”. In BERRIOS, German & HODGES, John (eds.), *Memory Disorders in Psychiatric Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 338-347.
- SPERBER, D. (1974), *Le symbolisme en général*. Paris: Hermann.

- TURNER, E. (2012), *Communitas: The Anthropology of Collective Joy*. New York: Palgrave MacMillan.
- TURNER, V. (1969), “Liminality and Communitas”. In *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*. Ithaca, New York: Cornell University Press, pp. 94-130.
- VAMPA, D. (2020), “The territorial politics of coronavirus: is this the hour of central government?”. Disponível em <<https://www.democraticaudit.com/2020/04/15/the-territorial-politics-of-coronavirus-is-this-the-hour-of-central-government/>> [Consultado em 20/04/2020].
- VAN GENNEP, A. (1960), *The rites of passage*. Chicago: The University of Chicago Press.
- WHEELDON, T. (2020), “Sweden’s Covid-19 strategy has caused an ‘amplification of the epidemic’”. Disponível em <<https://www.france24.com/en/20200517-sweden-s-covid-19-strategy-has-caused-an-amplification-of-the-epidemic>> [Consultado em 30/05/2020].
- WIBMER, C.; AYRES, F.; HERMANUS, T.; MADZIVHANDILA, M. *et al.* (2021), “SARS-CoV-2 501Y.V2 escapes neutralization by South African COVID-19 donor plasma”. *bioRxiv* (preprint). DOI: <https://doi.org/10.1101/2021.01.18.427166>.
- XIE, X.; ZOU, J.; FONTES-GARFIAS, C.; XIA, H. *et al.* (2021), “Neutralization of N501Y mutant SARS-CoV-2 by BNT162b2 vaccine-elicited sera”. *bioRxiv* (preprint). DOI: <https://doi.org/10.1101/2021.01.07.425740>.
- YANG, Y.; PENG, F.; WANG, R.; GUAN, K. *et al.* (2020), “The deadly coronaviruses: The 2003 SARS pandemic and the 2020 novel coronavirus epidemic in China”. *Journal of Autoimmunity*, 109(102434), 1-16.